EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2022-00040

MUNICÍPIO DE URUARÁ – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- ÓRGÃO GERENCIADOR

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo administrativo nº 92022040

Torna-se público para conhecimento dos interessados que **O MUNICÍPIO DE URUARÁ** por meio da **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 29.602.538/0001-58, com sede do Executivo Municipal localizado na Rua 15 de Novembro nº 520, fluminense, Uruará-Pará, realizará licitação **para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, do **tipo menor preço por item,** nos termos do artigo 34, §1º, I, da Lei Municipal 439/2011 de 31 de Março de 2011 da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024/2019, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, DECRETO Nº 8.683, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2016, Decreto n.º 7.892/2013 com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, consubstanciando os art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e ainda conforme ao disposto no Decreto Nº 011/2018.

Data de abertura da sessão: 04 Outubro de 2022.

Horário: 09:00 horas

Local: www.portaldecompraspublicas.com.br

1. DO OBJETO

1.1.. O objeto da presente licitação é Registro de preço para seleção de proposta mais vantajosa para futura e eventual aquisição de equipamentos e ferramentas a serem utilizados na manutenção de prédios e logradouros públicos e nos serviços de jardinagem e conservação de áreas verdes do município para atender a demanda do Fundo Municipal Educação de Fundo de Desenv. Educação Básica/FUNDB, Fundo Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Viação e Obras e Secretaria Municipal de Agricultura, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A Licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR / E UNIDADES ATENDIDAS

2.1. O órgão gerenciador: será o FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.2. ORGÃOS PARTICIPANTES

FUNDO DE DESENV. EDUCAÇÃO BÁSICO/FUNDEB
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS;

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

2.3. As regras referentes ao órgão gerenciador, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no www.portaldecompraspublicas.com.br, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no “Portal de Compras Públicas” será iniciado no Portal de Compras no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

3.6.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cadastrados ou não cadastrados no SICAF cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.2. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro artigo 34, §1º, I, da Lei Municipal 439/2011 com exceção os itens com valores superior a R$ 80.000 (Oitenta Mil Reais) que será de ampla concorrência.

4.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006

4.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.4.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.4.2. Que não atendam às condições deste Edital e seus(s) anexos(s)

4.4.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.4.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.4.5. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.4.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.4.6.1. Justifica-se a presente vedação, uma vez que o referido objeto é comum, simples e que a referida vedação em nada prejudicará a competitividade do certame, devendo considerar ainda que, estimular a formação de consórcio para empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de competidores e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluios/cartel para manipular os preços no certame, cabe ressaltar ainda que, a formação de consórcios será bem aplicada quando se tratar de certames de grande vulto ou grande complexidade, o que não se aplica ao presente caso.

4.4.7. Entidades empresariais controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

4.4.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.5.2. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.3. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5.4. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.5. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital, e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.5.1. **A "existência de licitantes reiteradamente desclassificados por não atenderem aos editais ou não honrarem suas propostas" sugerem o possível enquadramento nas condutas tipificadas o art. 7º da Lei n. 10.520/2005 e que é necessária a instauração de processo administrativo "...com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002... [que] tem caráter abrangente e abarca condutas relacionadas não apenas à contratação em si, mas também ao procedimento licitatório e à execução da avença", concluindo que os responsáveis pelos procedimentos licitatórios poderão ser responsabilizados em caso de omissão (Acórdão nº 754/2015-Plenário)**

4.5.6. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.7. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.5.8. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de mbro de 2009.

4.5.9. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.10. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, **para empresas que se enquadrem no disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**

4.5.11. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharam, exclusivamente por meio do sistema, concomitante com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado de habitação e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio de documento e de recebimento de propostas.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3.. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.8. Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário;

6.1.2. A quantidade de unidades, observada a quantidade fixada no Termo de Referencia para cada item

6.1.3. Marca

6.1.4. Fabricante;

6.1.5. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso*;*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA, FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, obedecendo o horário de Brasília.

7.2. O (A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor do **ITEM UNITÁRIO**.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema

7.8. Será adotado para o envio de lances neste pregão eletrônico o ***modo de disputa aberto,*** em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

7.9. **A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de dez minutos**. Após esse prazo, será prorrogado automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.10. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.11. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item nº 7.10 a sessão será encerrada automaticamente.

7.12. Encerrada a sessão sem prorrogação automática pelo sistema na forma estabelecido no item nº 7.10 a pregoeira poderá mediante justificativa e assessorada pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.13. Caso haja empate entre empresas de grande porte e microempresas e empresas de pequeno porte, cooperativas e microempreendedor individual - MEI, o sistema dará a oportunidade de enviar lance de desempate.

7.14. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela Pregoeira, devendo a ocorrência ser registrada em ata e em campo próprio do sistema.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico, para a Pregoeira, persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempreendedor, microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538,

de 2015.

7.22. Nessas condições, as propostas de microempreendedor, microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada

7.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.27. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, **assegurando-se à preferência, sucessivamente, aos serviços/fornecimentos**:

7.27.1. Prestados por empresas brasileiras;

7.27.2. Prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.27.3. Prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27.4. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a Pregoeira deverá encaminhar pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.29. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30. A Pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02:00 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta e recebimento dos documentos de habilitação.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, a Pregoeira examinará as propostas quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.2. *Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível ou manifestamente inexequível*.

8.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, em compatibilidade com o Projeto Básico, minudenciando *o modelo, tipo, procedência, garantia ou validade,* além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas.

8.6. O prazo estabelecido pela Pregoeira poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceito pela Pregoeira.

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Caso necessário, a Pregoeira solicitará do(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar a apresentação de amostra(s), que deverá(ão) ser apresentada(as) no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data da solicitação, junto ao Órgão Solicitante, para conferência do produto/serviço com as especificações solicitadas no Projeto Básico;

8.8.1. Se a(s) amostra(s) apresentada pelo primeiro classificado não for(em) aceitável(eis), a Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico.

8.9. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.10. A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.13. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo- se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.14. Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, poderá encaminhar comprovante e/ou certidão, para que se verifique eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros.

9.1.1. SICAF caso a empresa seja cadastrada;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.6. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.7. Os fornecedores cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, deverão encaminhar sua declaração, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, trabalhista à qualificação econômico-financeira conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

9.1.8. Poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante estiver com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

9.1.9. Os licitantes que estiverem ou não cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista e Qualificação Econômico-financeira.

9.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.2.4. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.2.5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.2.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

9.2.7. Alvará de Localização e funcionamento.

9.2.8. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.2.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

9.2.10. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);

9.2.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.2.12. CNDT (Certidão Negativa de Débito Trabalhista) emitido na Internet http:// /www.tst.jus.br/certidão.

9.2.13. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.14. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio sede do licitante;

9.2.15. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.16. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.3.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.3.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.3.3 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.3.4 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.3.5 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.3.6 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante
Passivo Circulante

9.3.7 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (Dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente;

9.4. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

9.4.1. Declaração própria do licitante, que possui estrutura e condições para realizar a entrega do objeto em conformidade com os prazos e exigências do edital e seus anexos;

9.4.2. Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação

9.4.3. Declaração de cumprimento ao art. 7º da Constituição Federal

9.4.4. Declaração de inexistência de fato impeditivo e de idoneidade

9.4.5. Declaração de micro ou pequena empresa

9.4.6. Declaração de elaboração independente de proposta

9.4.7. - Declaração que não possui em seu quadro societário servidor público

9.4.8. Apresentar declaração própria do licitante, que possui estrutura e condições para realizar o forneciemtno dos produtos em conformidade com os prazos e exigências do edital e seus anexos;

9.5. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.6. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.7. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.8. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempreendedor, microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.9. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.12. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.13. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico e deverá conter as seguintes informações:

10.1.1. Razão Social da empresa;

10.1.2. Número do telefone, celular, e-mail;

10.1.3. Endereço comercial;

10.1.4. Banco, agência e número da conta corrente da licitante

10.1.5. Descrição do produto/serviço;

10.1.6. Preço unitário e total;

10.1.7. Quantidade e especificação da embalagem (quando for o caso)

10.1.8. Prazo de validade da proposta;

10.1.9. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

10.1.10. Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, frete, tributos, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, transporte e seguro até o destino, lucro e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, nada mais sendo válido pleitear a esse título;

10.1.11. Declaração do licitante de que desde já se compromete a cumprir o prazo de entrega rigorosamente em dia, sob pena de sofrer penalização desta Administração;

10.1.12. Declaração (quando for o caso) de que o prazo de validade de cada item, não será inferior 12 (doze) meses, a contar da entrega no Almoxarifado desta Prefeitura, exceto para aqueles que possuam prazo de validade mais curto por razões técnicas comprovadas;

10.1.13. Indicação do representante para assinatura da ata e contrato, endereço, nº RG E CPF.

11.– DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer, havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não entrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no sítio **(www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação A Ata de Registro de Preços terá validade por 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sucessivos e ininterruptos, prorrogável conforme os termos das leis 10.520/2002 e 8.666/1993.

14.2. Fica estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da convocação emitida pelo Município – Departamento de Licitações e Contratos, para assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, a ser formalizada pela Prefeitura Municipal sob pena de aplicação da sanção descrita no item 13, deste edital.

14.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) **ou meio eletrônico**, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento, encaminhada via endereço eletrônico a mesma será considerada após o 03 dia útil, após o envio quando começará a contagem do prazo.

14.4. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.5. Será formalizada Atas de Registro de Preços para o registro parade todos os itens constantes no Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.5.1. A Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.5.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.5.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação fiscal consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

16.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

16.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

16.1.3. apresentar documentação falsa;

16.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

16.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.6. não mantiver a proposta;

16.1.7. cometer fraude fiscal;

16.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

16.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

16.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

16.4.2. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

16.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Uruará, pelo prazo de até cinco anos;

16.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

16.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município de Uruará poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10. As penalidades serão obrigatoriamente estabelecidas por Decreto do Executivo Municipal.

16.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Contrato, ou em caso de omissões serão aplicados conforme previsão da Lei 8.666/93.

17. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

17.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

17.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

17.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

17.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto n° 7.892/213.

18. DA FORMA DE UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CARONA

18.1. Para a utilização da Ata de Registro de Preços, o MUNICÍPIO deverá requisitar do detentor da Ata, os produtos registrados, por intermédio de instrumento contratual ou **outro similar**, conforme o disposto no art. 62 da Lei nº 8.666/93, Decreto Municipal Nº 011/2018.

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

19.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o edital.

19.2. A impugnação poderá ser realiza por forma eletronica: no Portal de Compras Públicas, pelo e-mail pmulici@gmail.com, ou por apetição dirigida ou protocolada no endereço Rua 15 de Novembro nº 520, Bairro Fluminense,Uruará-Pa.

19.3. Caberao ao pregoeiro, auxiliado pelos responsaveis pela elaboração deste edital e seus anexos, decidir sobre as ipugnações até dois dias utéis, contado da data de recebimento da impugnação;

19.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

20.1. O Ordenador de despesas poderá revogar a presente licitação desde que presentes razões relevantes de interesses públicos, decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, devendo anulá-la, por ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, antes da deliberação final sobre o desfazimento do certame licitatório.

21. DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

21.1. O valor registrado não sofrerá qualquer tipo de reajuste durante a vigência do presente termo.

21.2. O beneficiário do registro de preços, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o EQUILÍBRIO ECONÔMICO dos preços vigentes através de solicitação formal, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 30 (trinta) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

21.3. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

21.4. A contratada poderá, na vigência do Registro de Preços, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do Registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço será válido a partir da formalização/atualização da Ata de Registro de Preços.

22 **DA ENTREGA-**

22.1 A entrega será de forma fracionada na sede da contratante no máximo 03 (Três) dias, mediante documento denominado “requisição de compras” expedida pelo Departamento de Compras e orientações de entrega feita pelo mesmo.

22.2 Os materiais deverão ser entregues livre de frete e descarga;

22.3 A CONTRATADA no caso de faltar os materiais/produtos em seu estabelecimento obriga se providenciar em outros estabelecimentos para manter o fornecimento.

22.4 Somente serão aceitos equipamentos genuínos, de boa qualidade, sendo que os mesmos serão inspecionados na hora da entrega, a não aprovação do mesmo, levará a devolução do produto;

22.5 Os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia de validade, referente a defeitos de fabricação, especificações ou outros de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

22.6 Para efeito de verificação da conformidade ou não dos materiais/produtos fornecido com as especificações constantes do presente Termo de Referência, o chefe do Departamento de Compra terá o prazo de até 24 horas, contados da data da entrega, oportunidade em que o aceitará, atestando a respectiva Nota Fiscal, ou o rejeitará, na hipótese de desconformidade que não atenda às necessidades desta Municipalidade.

22.7 Os materiais/produtos especificados neste Termo de Referência deverão ser considerados como referência, jamais com caráter impositivo para o fornecimento. Porém, os materiais/produtos fornecidos que apresentarem qualidade, desempenho, rendimento, eficiência, estrutura, funcionamento, acabamento semelhantes às especificações dos materiais/produtos de referência indicados neste Termo de Referência, as quais foram utilizadas como parâmetros para coleta de preços, serão testados, no prazo citado no sub item 5.6 e caso não apresentem as referidas características, deverão ser substituídos pelos materiais/produtos especificados neste Termo de Referência, sem ônus para a Municipalidade.

23 DO PAGAMENTO

23.1 Os pagamentos serão efetuados através da Tesouraria, em crédito em conta bancária em até 30 (Trinta) dias após o fornecimento e aceitação do mesmo.

23.2 **A CONTRATADA deverá comprovar via documento impresso a regularidade** relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **(FGTS)** e Prova de Regularidade com a Fazenda Federal deverá ser feita através de Certidão conjunta de dívida relativo a tributos Federais e Dívida Ativa da União**,** demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, como condição à percepção do valor faturado.

24 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e mural TCM, e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Rua 15 de novembro nº 526, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25 DO FORO

25.1 Quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução desta licitação serão dirimidas no Foro de Justiça da Comarca de Uruará, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

26 INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTES ANEXOS

26.1 ANEXO I – TERMO DE REFEREÊNCIA;

26.2 ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS

26.3 ANEXO III - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

26.4 ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

26.5 ANEXO V- DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO E DE IDONEIDADE

26.6 ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE MICRO OU PEQUENA EMPRESA

26.7 ANEXO VII – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

26.8 ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO.

26.9 ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

26.10 ANEXO X - DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO

Uruará-Pará, 20 de Setembro de 2022.

SELMA HAUSSER:43773346204
Assinado de forma digital por SELMA HAUSSER:43773346204
Dados: 2022.09.20 09:40:30 -03'00'

Selma Hausser

Pregoeira

TERMO DE REFERÊNCIA

Tendo em vista o disposto no art. o disposto no art. 14º e 15º da Lei n° 8.666/93, para licitação na modalidade convite, tomada de preços ou concorrência e Decreto nº 10.024/2019, para licitação na modalidade pregão, apresento a seguir estudos preliminares realizados contendo elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição de métodos, prazo de execução do contrato, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato, quando for o caso.

1.0- DO OBJETO

1.1 - O presente termo de referência destina-se ao Registro de preço para seleção de proposta mais vantajosa para futura e eventual aquisição de equipamentos e ferramentas a serem utilizados na manutenção de prédios e logradouros públicos e nos serviços de jardinagem e conservação de áreas verdes do município para atender a demanda do Fundo Municipal Educação de Fundo de Desenv. Educação Básica/FUNDB, Fundo Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Viação e Obras e Secretaria Municipal de Agricultura, conforme especificações e condições previstas a seguir.

1.2– ORGÃO GERENCIADOR	ANEXO I – PLANILHA DE QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES E PREÇOS MÁXIMOS
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
ORGÃO PARTICIPANTE	
FUNDO DE DESENV. EDUCAÇÃO BÁSICA/FUNDEB	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS	

2.0 – DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E

QUANTITATIVOS

2.1.1 A aquisição dos itens descrito no presente termo de referência se justifica devido à necessidade de manutenção (corretiva e preventiva) de espaços públicos como praças, jardins, escolas, hospitais, postos de saúde, etc. No que tange a educação existem mais de 100 unidades escolares que precisam de constante manutenção (roço de pátios, podas de plantas e arvores, corte de madeiras, pequenos reparos, etc). ainda há inúmeras particularidades na manutenção das escolas do campo que precisam de reparos constantes que demandam uso de motosserras (para cortes de madeiras por exemplo haja vista a falta de equipamentos específicos).

Nesses termos temos equipes fixas de manutenção nas escolas de grande porte, além de equipes volantes que atendem todas as unidades escolares quando solicitadas pelo gestor escolar. É importante destacar que 90% das unidades escolares do município de Uruará estão localizadas nas áreas rurais o que dificulta a logística de deslocamento e ocasiona mais desgaste dos equipamentos utilizados, exigindo mais reposição e manutenção.

Essas equipes exercem árduo trabalho para que os espaços públicos estejam em condições de uso. Ressalta-se que essas mais de 100 unidades escolares subdivididas em mais de 700 salas de aula além de outros espaços como salas de professor, diretor, laboratórios, quadras, etc, carecem de manutenção mensal por parte das equipes fixas, nas escolas de grande porte, e de equipes moveis nas unidades de pequeno porte e escolas localizadas nas comunidades rurais mais afastadas;

2.1.2 Referente ao **Fundo Municipal de Saúde** a aquisição dos itens descrito no presente termo de referência se justifica devido à necessidade de manutenção espaços públicos da secretaria municipal de saúde no que diz respeito a manutenção e limpeza dos terrenos do hospital municipal, unidades básicas de

saúde, secretaria de saúde, SAMU e demais espaços públicos da saúde. Esses espaços precisam de roço, manutenção de muros e cercas, poda de árvores e plantas. Além de compras de equipamentos para esse objetivo são necessárias constantes manutenção pelas condições especificas da nossa região;

2.1.3 Concerente a **Secretaria Municipal de Agricultura** a aquisição se justifica devido à necessidades específicas da secretaria de agricultura que atende os agricultores e população do município nos seguintes serviços: poda de arvores, poda de espécies produtivas dos produtores (cacau, citros, cupuaçu, etc), serragem de madeira para pequenas intervenções (viveiros, currais, desobstrução de vias urbanas e rurais) é importante destacar ainda que Uruará é o segundo maior produtor do estado de cacau, tendo mais de 10 mil hectares (quase todas pequenas propriedades familiares) de área plantada. Isso demanda assistência constante a toda essa demanda. Umas das ações constantes é desenvolvimento de pequenos projetos de irrigação, principalmente na época de plantio. O município ainda dispõe de viveiro para distribuição de mudas para os pequenos produtores. A secretaria ainda realiza dias de campo destinado ao desenvolvimento de novas e sustentáveis práticas de cultivo e manejo das várias cadeias produtivas. (cacau, gado de corte, leite, milho, pimenta, etc).

2.1.4 No que se refere à **Secretaria Municipal de Viação e Obras** aquisição dos itens se justifica devido à necessidade de manutenção (corretiva e preventiva) dos seguintes espaços públicos: jardins dos canteiros centrais da cidade; limpeza das redes internas de energia; pontes de madeira; desobstrução das vias urbanas e rurais; abertura e manutenção de estradas vicinais e ruas urbanas; pequenas construções, serviço de limpeza pública; dentre outras ações desenvolvidas pela secretaria de viação o obras.

2.2.1 Os quantitativos do Fundo Municipal e Fundo de Desenv. Educação Básica/FUNDEB foram estimados de acordo com a quantidade de unidades escolares e de equipes fixas e móveis de manutenção das unidades escolares e

demais prédios do sistema de ensino. Os equipamentos serão distribuídos para as unidades escolares e equipes móveis e fixas que executam serviços de manutenção e limpeza dessas unidades. As peças de reposição e serviços elencadas nesse termo de referência visam atender os equipamentos que já existem além dos que serão adquiridos ao longo de vigência da presente ata de registro de preços;

2.2.2 Referente ao Fundo Municipal de Saúde, os quantitativos dos materiais/produtos foram estimados de acordo com a quantidade de equipamentos públicos como 1 hospital, 11 unidades básicas de saúde, 1 UPA, SAMU. Há 2 equipes que atendem constantemente essas demandas haja vista as necessidades especificas dos equipamentos vinculados a SEMSA

2.2.3 No que se refere a Secretaria Municipal de Agricultura os quantitativos foram estimados de acordo com a quantidade de atividades/projetos desenvolvidos pela SEMAGRI bem como o número de agricultores atendidos por esses projetos ao longo do ano, que visam atender o escopo de atuação da secretaria que tem por objetivos elevar a produtividade das mais variadas cadeias produtivas que aqui coexistem;

2.2.4 Referente a Secretaria Municipal de Viação e Obras os quantitativos foram estimados de acordo com a quantidade de serviços a serem executados enfatizando que temos mais de 4.000 km de estradas vicinais, mais de 200 pontes de madeira além de mais de 40 km de vias urbanas. Toda essa demanda justifica a aquisição dos itens além da sua constante manutenção. Vale ressaltar ainda que por se tratar de registro de preço não é obrigatório o uso da totalidade dos itens.

3 – DA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste Pregão pessoas físicas ou jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que estejam credenciadas ou não no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

3.2.1 A participação é exclusiva as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro artigo 34, §1º, I, da Lei Municipal 439/2011 com exceção os itens com valor estimado acima de 80.000,00 (oitenta Mil reais) que serão de amplam concorrência.

3.2.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006;

3.3 - Não poderão participar desta licitação os interessados:

3.3.1 - Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

3.3.2 - Que não atendam às condições deste Edital e seus(s) anexos(s)

3.3.3 - Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente

3.3.4-Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

3.3.5 - Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

3.3.6 - Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

3.3.6.1 Justifica-se a presente vedação, uma vez que o referido objeto é comum, simples e que a referida vedação em nada prejudicará a competitividade do certame, devendo considerar ainda que, estimular a formação de consórcio para empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de competidores e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluios/cartel para manipular os preços no certame, cabe ressaltar ainda que, a formação de consórcios será bem aplicada quando se tratar de certames de grande vulto ou grande complexidade, o que não se aplica ao presente caso.

3.3.7 - Entidades empresariais controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

3.3.8 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.4 - Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.4.1 - que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

3.4.1.1 - nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

3.4.1.2 - nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.4.2 - que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.4.3 - que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências edilícias;

3.4.4. - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.4.5 - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.4.6 - que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

3.4.7 - que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho

degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.8 - que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, **para empresas que se enquadrem no disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**

3.4.9. - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.0 – PROPOSTA DE PREÇOS:

4.1 – Para efeito de montagem da proposta de preços, cada licitante deverá considerar as especificações dos itens de referência deste Termo de Referência;

4.2 – A pesquisa de preços no mercado, base para a montagem dos preços dos objetos, foi feita tendo como base os objetos de referência deste Termo de Referência. Portanto, os veículos ofertados deverão apresentar as mesmas características de qualidade, desempenho, rendimento, eficiência, estrutura, funcionamento, e acabamento do produto de referência;

4.3 -O preço propostos estão incluídos, além do lucro, todas as despesas, manutenção do veículo, motorista, tributos de qualquer natureza e outras despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a execução do objeto da presente licitação

4.4 – Os veículos ofertados deverão atender aos requisitos mínimos de desempenho e qualidade.

4.4 - Tipo de licitação: menor preço por ITEM.

4.5 – Na proposta de preços, cada licitante deverá informar as marcas e modelos dos veículos ofertados.

5.0 – DA ENTREGA

5.1 – A entrega será de forma fracionada na sede da contratante no máximo 03 (três) dias, mediante documento denominado “requisição de compras” expedida pelo Departamento de Compras e orientações de entrega feita pelo mesmo.

5.2 - Os materiais deverão ser entregues livre de frete e descarga

5.3 - A CONTRATADA no caso de faltar os materiais/produtos em seu estabelecimento obriga se providenciar em outros estabelecimentos para manter o fornecimento.

5.4 - Somente serão aceitos equipamentos genuínos, de boa qualidade, sendo que os mesmos serão inspecionados na hora da entrega, a não aprovação do mesmo, levará a devolução do produto;

5.5 - Os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia de validade, referente a defeitos de fabricação, especificações ou outros de acordo com o Código de Defesa do Consumidor

5.6 – Para efeito de verificação da conformidade ou não dos materiais/produtos fornecido com as especificações constantes do presente Termo de Referência, o chefe do Departamento de Compra terá o prazo de até 24 horas, contados da data da entrega, oportunidade em que o aceitará, atestando a respectiva Nota Fiscal, ou o rejeitará, na hipótese de desconformidade que não atenda às necessidades desta Municipalidade.

5.7 – Os materiais/produtos especificados neste Termo de Referência deverão ser considerados como referência, jamais com caráter impositivo para o fornecimento. Porém, os materiais/produtos fornecidos que apresentarem qualidade, desempenho, rendimento, eficiência, estrutura, funcionamento, acabamento semelhantes às especificações dos materiais/produtos de referência indicados neste Termo de Referência, as quais foram utilizadas como parâmetros para coleta

de preços, serão testados, no prazo citado no sub item 5.6 e caso não apresentem as referidas características, deverão ser substituídos pelos materiais/produtos especificados neste Termo de Referência, sem ônus para a Municipalidade.

6.0 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1 - Tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

6.2- Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

6.3 - Promover consulta prévia junto à Secretaria Municipal de Administração – SEMAD - Departamento de Licitações, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados;

6.4 - Assegurar-se, quando do uso da ata de Registro de Preços, de que a contratação a ser celebrada atenda aos interesses da Administração Pública Municipal, sobretudo quanto aos preços registrados, informando ao Departamento de Licitações – SEMAD, acerca de eventual desvantagem quanto a sua utilização;

6.5 - Zelar pelo cumprimento das obrigações pactuadas; e

6.6 - Informar ao departamento de Licitação – SEMAD, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas a entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

6.7 - Efetuar o pagamento nas condições e preços ajustados;

6.8 - Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos.

6.9 - Verificar se os serviços/produtos entregues correspondem aos apresentados na proposta da CONTRATADA.

7.0 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1 - Em havendo necessidade, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições da proposta, na forma do preceituado no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93;

7.1 - Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas a fim de que os materiais sejam entregues conforme designado pela Municipalidade, e ainda impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, seguros, fretes de entrega, etc.

7.2 - Entregar os materiais solicitados nos prazos máximo, estabelecido por este Termo de Referência.

7.3 - Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Municipalidade referentes às condições firmadas nas especificações.

7.4 - Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem se vencidas;

7.5 - Prover condições que possibilite o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura do contrato;

7.6 - Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas no presente termo de referência;

7.7 - Pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base no termo de referência, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

8 **- DO PREÇO**

8.1 – A média de preços máximos estimados a ser CONTRATADO foi orçado em R$ - em R$ - 4.656.929,87 (Quatro Milhões, Seiscentos e Cinquenta e Seis Mil, Novecentos e Vinte e Nove Reais e Oitenta e Sete Centavos) conforme apresentado no Anexo I– Planilhas quantitativos de Preços máximos.

8.2 - Foram solicitados orçamentos a diversas empresas aptas ao Objeto deste Termo de Referência, conforme Cotações de preços de mercado em anexo.

8.3 - Os proponentes deverão tomar como referência para elaboração de suas propostas, as especificações técnicas dos materiais/serviços e o preço máximo estabelecido no item 8.1 e no Anexo I - Planilhas de Preços máximos, apresentados neste termo de referência por esta municipalidade.

8.4 - O preço unitário máximo a ser aceito por esta Municipalidade está discriminado por cada Item, conforme Anexo I, citado no item 8.1.

ANEXO I - PLANILHA DE QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES

ITEM	FUNDEB	FME	SAÚDE	SEVO	AGRIC	QUAN	UNIDADE	DESCRIÇÃO	V. UNITÁRIO	VALOR GERAL
1	5	9	5	10	5	34	UN	FURADEIRA BT 45	2.741,33	93.205,22
2	7	5	2	8	2	24	UN	LAVADORA RE 110	1.656,33	39.751,92
3	5	9	1	8	5	28	UN	LAVADORA RE 143	3.903,00	109.284,00
4	2	3	1	5	1	12	UN	LAVADORA RE 90	1.071,00	12.852,00
5	1	5	1	5	1	13	UN	LAVADORA RE 95	1.174,67	15.270,71
6	10	5	0	5	3	23	UN	MOTOSSERRA MS 170 STHIL	1.151,33	26.480,59
7	5	4	0	2	4	15	UN	MOTOSSERRA MS 180 STHIL	1.269,67	19.045,05
8	0	5	0	10	3	18	UN	MOTOSSERRA MS 210 STHIL	1.556,33	28.013,94
9	0	7	0	10	5	22	UN	MOTOSSERRA MS 250 STHIL	2.239,67	49.272,74
10	0	2	0	5	2	9	UN	MOTOSSERRA MS 260 STHIL	2.539,67	22.857,03
11	0	3	0	6	3	12	UN	MOTOSSERRA MS 361 STHIL	3.319,67	39.836,04
12	0	3	0	8	4	15	UN	MOTOSSERRA MS 382 STHIL	3.816,33	57.244,95
13	0	5	0	9	4	18	UN	MOTOSSERRA MS 462 STHIL	4.293,00	77.274,00
14	0	5	0	10	4	19	UN	MOTOSSERRA MS 651 STHIL	4.489,67	85.303,73
15	0	5	0	10	4	19	UN	MOTOSSERRA MS 661 STHIL	4.753,00	90.307,00
16	0	5	2	10	5	22	UN	PERFURADOR DE SOLO BT 131 COM BROCA 200 MM	4.551,82	100.140,04

17	0	5	3	10	9	27	UN	PODADOR HT 131	3.301,14	89.130,78
18	0	5	3	10	7	25	UN	PODADOR HT 75	3.166,33	79.158,25
19	0	5	0	15	7	27	UN	PULVERIZADOR SG 20 MANUAL	466,33	12.590,91
20	0	5	0	15	5	25	UN	PULVERIZADOR SR 420	2.136,33	53.408,25
21	0	5	0	15	5	25	UN	PULVERIZADOR SR 450	3.079,67	76.991,75
22	5	5	5	15	5	35	UN	ROÇADEIRA FS 120 STHIL	1.793,00	62.755,00
23	10	5	5	15	5	40	UN	ROÇADEIRA FS 160 STHIL	2.458,00	98.320,00
24	10	5	5	15	5	40	UN	ROÇADEIRA FS 220 STHIL	3.033,67	121.346,80
25	10	3	3	10	5	31	UN	ROÇADEIRA FSE 41 STHIL	463,33	14.363,23
26	4	7	2	11	5	29	UN	SOPRADOR BG 50 STHIL	1.091,67	31.658,43
27	3	6	2	12	5	28	UN	SOPRADOR BG 56 STHIL	1.596,67	44.706,76
28	5	7	2	10	5	29	UN	SOPRADOR BG 86 STHIL	1.828,67	53.031,43
29	3	5	0	9	5	22	UN	PODADOR HSA 25 STHIL	961,33	21.149,26
30	5	10	3	20	6	44	UN	CORTADOR GTA	1.468,00	64.592,00
31	0	15	0	30	10	55	UN	SABRE 50 CM 33 DENTES	275,67	15.161,85
32	0	20	0	30	10	60	UN	SABRE 63 CM 42 DENTES	345,67	20.740,20
33	0	12	0	30	10	52	UN	SABRE 75 CM 48 DENTES	395	20.540,00
34	0	400	15	600	100	1115	UN	OLEO 2T 500ML	34,67	38.657,05
35	0	300	15	500	100	915	UN	OLEO 2T MAGNUM	29,33	26.836,95

36	10	20	5	30	20	85	UN	LAMINA 2 PONTAS ORIGINAL PARA ROÇADEIRA STHIL	129,16	10.978,60
37	25	25	5	30	20	105	UN	FACA 3 PONTAS ORIGINALPARA ROÇADEIRA STHIL	86,52	9.084,60
38	25	25	0	31	5	86	UN	ALAVANCA RETA 1.5 MT	200	17.200,00
39	25	25	0	31	5	86	UN	ALAVANCA RETA 1.8 MT	227,33	19.550,38
40	25	25	0	31	5	86	UN	LAVANCA RETA 2.0 MT	237	20.382,00
41	15	26	0	31	5	77	UN	MARRETA 2 KG C/CABO	61,33	4.722,41
42	15	26	0	31	5	77	UN	MARRETA 5 KG C/CABO	176,67	13.603,59
43	15	29	0	31	5	80	UN	MARRETA 8 KG C/CABO	253,33	20.266,40
44	15	20	0	31	5	71	UN	MARRETA 10 KG C/CABO	295	20.945,00
45	20	15	0	31	5	71	UN	BOIA DE NIVEL	38,12	2.706,52
46	15	22	0	31	5	73	UN	MARTELO 18 MM	27,67	2.019,91
47	15	21	0	31	12	79	UN	MARTELO 25MM	34	2.686,00
48	15	25	0	31	12	83	UN	MARTELO 27 MM	40,33	3.347,39
49	15	25	0	31	12	83	UN	MARTELO 29 MM	47,33	3.928,39
50	5	25		50	25	105	UN	FACÃO 18	53,33	5.599,65
51	5	25	0	50	25	105	UN	FACÃO 20	56,33	5.914,65
52	5	25	0	50	25	105	UN	FACÃO 22	61,33	6.439,65
53	5	25	0	50	25	105	UN	BAINHA 18	30,33	3.184,65

54	5	25	0	50	25	105	UN	BAINHA 20	32,33	3.394,65
55	16	25	0	50	25	116	UN	BAINHA 22	33	3.828,00
56	20	10	0	20	5	55	UN	PE DE CABRA 50 CM	61,33	3.373,15
57	20	10	0	20	5	55	UN	PE DE CABRA 60 CM	75,33	4.143,15
58	25	10	0	20	5	60	UN	SERROTE 16	47,67	2.860,20
59	25	10	0	20	5	60	UN	SERROTE 18	52	3.120,00
60	25	10	0	20	5	60	UN	SERROTE 20	58	3.480,00
61	0	0	0	20	5	25	UN	MACHADO C/ CABO	115,67	2.891,75
62	0	0	0	20	5	25	UN	MACHADO S/ CABO	83,33	2.083,25
63	30	20	0	20	5	75	UN	ENXADA 1.5 S/ CABO	36,67	2.750,25
64	30	20	0	50	5	105	UN	ENXADA 2.0 S/ CABO	41	4.305,00
65	30	20	0	50	5	105	UN	ENXADA 2.5 S/ CABO	45,67	4.795,35
66	10	5	0	30	2	47	UN	FURADEIRA GSB 13 RE	454,67	21.369,49
67	10	5	0	30	2	47	UN	FURADEIRA GSB 16 RE	601,33	28.262,51
68	10	5	0	10	2	27	UN	FURADEIRA GBH 2-24	2.243,00	60.561,00
69	5	5	0	10	0	20	UN	SERRA MARMORE 4"GDC 14-40	509,67	10.193,40
70	5	3	0	10	0	18	UN	SERRA CIRCULAR 7"5300	863	15.534,00
71	5	5	0	10	0	20	UN	ESMERILHADEIRA 4 1/2 6WS 7-115	503	10.060,00
72	5	5	0	10	0	20	UN	ESMERILHADEIRA 7 GWS20-180	1.083,00	21.660,00
73	5	5	0	10	0	20	UN	MOTOR ESMERIL 1/2 HP	438	8.760,00

74	5	5	0	10	0	20	UN	PARAFUSADEIRA A BATERIA GSR 10,8 DE LÍTIO	434,67	8.693,40
75	0	0	0	5000	25000	30000	UN	REGISTRO PARA IRRIGAÇÀO INICIAL	6,3	189.000,00
76	0	0	0	5000	20000	25000	UN	CHULLA PARA IRRIGAÇÃO 16 MM	0,89	22.250,00
77	0	0	0	20000	30000	50000	UN	BICO MICRO SPREY PARA IRRIGAÇÀO	0,47	23.500,00
78	0	0	0	1000	1100	2100	UN	TUBO AZUL PARA IRRIGAÇÃO 6 MTS PN40 50 MM	50	105.000,00
79	0	5	0	500	600	1105	UN	TUBO AZUL PARA IRRIGAÇÃO 6 MTS PN40 75 MM	105,67	116.765,35
80	0	8	0	5	3	16	UN	MOTOR ACOPLADO 4T 5.5 HP	1.149,67	18.394,72
81	0	8	0	5	3	16	UN	MOTOR ACOPLADO 4T 6.5 HP	1.249,67	19.994,72
82	0	8	0	5	3	16	UN	MOTOR ACOPLADO 4T 7.0 HP	1.286,33	20.581,28
83	0	8	0	5	3	16	UN	MOTOR ACOPLADO 4T 10.0 HP	2.276,33	36.421,28
84	0	8	0	5	2	15	UN	MOTOR ACOPLADO 4T 13.0 HO	2.799,67	41.995,05
85	0	8	0	5	2	15	UN	MOTOR BOMBA 4T B2T 701 2.0	1.106,33	16.594,95
86	0	8	0	5	2	15	UN	MOTOR BOMBA 4T B4T-715	2.228,00	33.420,00
87	0	5	0	5	2	12	UN	MOTOR BOMBA 4T - 703	1.460,67	17.528,04
88	0	5	0	5	2	12	UN	MOTOR BOMBA 4T 712	3.626,67	43.520,04
89	0	5	0	5	2	12	UN	MOTOR BOMBA 4T 715	2.338,00	28.056,00
90	0	10	0	5	2	17	UN	GRUPO GERADOR BD- A DIESEL BD 2500	7.049,67	119.844,39

91	0	0	0	100	200	300	PCT 1000 UND	SACO PARA MUDAS 18 CM DE LARGURA X 22 OU 24 CM DE ALTURA, ESPESSURA DE 0,5 MM CONFECCIONADOS EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE COM FUROS PARA DRENAGEM DE ÁGUA, PLÁSTICO PRETO.	19,9	5.970,00
92	0	0	0	2000	1000	3000	MTS	TELA DE NYLON VERDE PARA PROTEÇÃO EM ROÇAGEM.	86,5	259.500,00
93	0	0	0	100	200	300	MTS	TELA PARA HORTA SOMBRITE ESTUFA HORTALIÇAS 50% 4 X 50 M	1.638,00	491.400,00
94	0	15	5	50	40	110	UN	TESOURA DE PODA COM LÂMINA METÁLICA; DIMENSÕES 25.5 X 9 X 2 CM, CABO PLÁSTICO, PEQUENA.	27,3	3.003,00
95	0	0	0	0	20	20	UN	CANIVETE DE ENXERTIA COM ESPÁTULA, TIPO COPULAÇÃO E OCULAÇÃO, COMPRIMENTO TOTAL 16,5 CM, COMPRIMENTO DA LÂMINA:5CM,PESO:60G	35,47	709,40
96	0	0	0	10	25	35	UN	FILME PARA ESTUFA 8X20, 15 KG COM ANTI UV; FILME FEITO COM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE (LONA)	643,5	22.522,50

97	0	0	0	15	15	30	UN	FIO DE NYLON QUADRADO 3,0MM, ROLO COM 312 METROS.	253,19	7.595,70
98	90	50	20	50	20	230	UN	CABEÇOTE DE CORTE TRIMCUT ORIGINAL PARA ROÇADEIRAS STHIL31-2. ROÇADEIRAS COMPATÍVEIS: FS 55, 80, 85, 120, 180; KM 55; FR 85, 220; KA 85. CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM DE FIO NO CABEÇOTE: FIO ESPESSURA 2,5MM - 8 METROS. FIO ESPESSURA 3,0MM - 6 METROS.	96,33	22.155,90
99	120	50	20	100	20	310	UN	CABO DO ACELERADOR ORIGINALPARA ROÇADEIRA STIHL FS 160/220/280. CABO 111CM, CAPA 90CM.	97,52	30.231,20
100	0	25	0	40	10	75	UN	CARBURADOR ORIGINALPARA MOTOPODA HT-75 STIHL.	129,95	9.746,25
101	80	30	20	50	20	200	UN	CARBURADOR ORIGINALPARA ROÇADEIRA STIHL FS 160/ FS 220 / FS 280.	203,17	40.634,00
102	80	30	20	50	15	195	UN	CARBURADOR ORIGINAL PARA ROÇADEIRA STIHL. MODELOS COMPATÍVEIS: FS 85/ FR 85 / HT 75	168,28	32.814,60

103	0	100	0	100	15	215	UN	FILTRO DE AR ORIGINAL PARA MOTOSSERRA STIHL.	44,12	9.485,80
104	100	50	20	150	20	340	UN	FILTRO DE AR ORIGINALPARA ROÇADEIRA FS 220.	25,12	8.540,80
105	0	150	0	120	30	300	UN	FILTRO DE GASOLINA ORIGUINAL PARA MOTOSSERRA STIHL.	13,61	4.083,00
106	180	100	50	250	20	600	UN	FILTRO DE GASOLINA ORIGINALPARA ROÇADEIRA FS 220.	13,28	7.968,00
107	50	20	10	60	20	160	UN	FIO DE CORTE 3MM ORIGINAL PARA ROÇADEIRA STIHL, ROLO COM 300 METROS	294,2	47.072,00
108	90	120	20	100	20	350	UN	JOGO DE ANÉIS PISTÃO ORIRGINAL PARA ROÇADEIRA STIHL FS 220	115,23	40.330,50
109	200	100	50	200	25	575	UN	JOGO DE JUNTA PARA ROÇADEIRA STIHL FS 160, 220 E 280.	11,82	6.796,50
110	200	100	50	200	20	570	UN	KIT LÂMINA PORCA, LIMITADOR METAL ORIGINALPARA ROÇADEIRA STIHL FS 160.	147,9	84.303,00

111	25	15	10	30	5	85	UN	JOGO DE CHAVE COMBINADA COM CATRACA CONTENDO 16 PEÇAS, SENDO: 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 E 24.	571,33	48.563,05
112	50	15	15	50	10	140	UN	JOGO DE CHAVE DE FENDA/PHILIPS MAGNETIZADA CRV COM 6 PEÇAS, CABO ANTI-DESLIZANTE PARA MAIOR CONFORTO, FABRICADO COM AÇO CROMO VANÁDIO, JOGO DE CHAVE 6 PEÇAS SENDO: 1 FENDA 5X75MM, 1 FENDA 5X100MM, 1 FENDA 6X125MM, 1 PHILIPS 1X75MM, 1 PHILIPS 1X100MM, 1 PHILIPS 2X125MM.	49,33	6.906,20
113	50	20	20	40	5	135	UN	JOGO DE CHAVES FIXA EM MILÍMETROS, AMBOS OS LADOS COM MEDIDAS DIFERENTES, COMPOSTO POR 8 PEÇAS, SENDO: 6X7, 8X9, 10X11, 12X13, 14X15, 16X17, 18X19, 20X22.	108	14.580,00

114	15	8	5	20	5	53	UN	JOGO DE FERRAMENTAS PROFISSIONAIS 110 PEÇAS CONTENDO: 1 EXTENSÃO DE 5", COM ENCAIXE DE ½", 1 EXTENSÃO DE 2" COM ENCAIXE DE ¼", 1 EXTENSÃO DE 4" COM ENCAIXE DE ¼", 1 EXTENSÃO FLEXÍVEL 6" COM¼" (M) X ¼" (F), 1 CABO T DE 10", 1 JUNTA UNIVERSAL COM ENCAIXE DE ½", 1 JUNTA UNIVERSAL COM ENCAIXE DE ¼", 11 CHAVES COMBINADAS EM CR-V NOS TAMANHOS: 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19MM, 4 SUPORTES PARA BITS, 1 ADAPTADOR PARA BITS COM CABO E CATRACA ENCAIXE DE ¼", 40 BITS COM ENCAIXE DE ¼" (7 BITS FENDA: 2PC 3.5, 2PC 4.0, 5.5, 6.5, 8MM,3 BITS QUADRADAS: S1, S2, S3, 8 BITS FENDA CRUZADA: 2X PH0 / 2X PH1 / 2X PH2 / 2X PH3MM / 2 ADAPTADORES / 7 BITS TORX: T10, T15, T20, T25, T27, T30, T40 / 3 BITS POZIDRIV: PZ1, PZ2, PZ3 / 4 BITS TRI-WING: 1, 2, 3, 4 / 6 BITS HEXAGONAIS: 2, 3, 4, 5, 6, 7MM) / 2 CHAVES DE FENDA: 5 X 75MM / 6 X 100MM, 2 CHAVES DE FENDA HEXAGONAIS: PH1 75MM / PH2 100MM, 1 SUPORTE MANOPLA PARA BITS, 1 ALICATE DE CORTE DIAGONAL 6", 1 ALICATE DE BICO MEIA-CANA 8", 1 ALICATE BOMBA D'ÁGUA 10", 1 CATRACA	734,67	38.937,51

								REVERSÍVEL DE 10” COM ENCAIXE DE ½”, 1 CATRACA REVERSÍVEL DE 6” COM ENCAIXE DE ¼”, 2 SOQUETES DE VELA COM ENCAIXE DE ½”: 16 E 21MM, 15 SOQUETES COM ENCAIXE DE ½”: 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27MM, 11 SOQUETES COM ENCAIXE DE ¼”: 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14MM), 8 CHAVES HEXAGONAIS: 1.5, 2, 2.5, 3, 4, 5, 5.5, 6MM , 1 SUPORTE PARA CHAVES HEXAGONAIS, 1 MALETA COM BERÇOS E IDENTIFICAÇÃO DE MEDIDAS.		
115	10	25	5	20	5	65	UN	JOGO DE FORMÃO CONTENDO 4 FORMÕES NOS TAMANHOS: 3/8 (18MM), 1/2 (6MM), 3/4 (12MM) E 1 (24MM), EM AÇO COM CABO DE MADEIRA.	64,33	4.181,45
116	0	25	15	30	5	75	UN	JOGO DE GRAMPO TIPO C, COM CORPO EM FERRO FUNDIDO E EIXO PRINCIPAL CROMADO. 2 PEÇAS DE 6" E 8".	85,67	6.425,25
117	0	20	0	20	10	50	UN	TAMPA DE TANQUE ORIGINAL DO MOTOR STHIL 170/180/210/250/361/382/462/651/661	24,07	1.203,50

118	0	30	0	30	5	65	UN	MÓDULO DE INGNIÇÃO ORIGINAL MOTOSERRAS STHIL (MS 170, MS 180, MS210, MS250, MS 260, MS 361, MS 382,, MS 462, MS 651, MS 661)	179,31	11.655,15
119	0	20	0	30	20	70	UN	TAMPA DE PINHÃO ORIGUNAL DA CORRENTE MOTOSERRA STHIL MS 661	165,22	11.565,40
120	0	20	0	20	10	50	UN	TAMPA DE PINHÃO DA CORRENTE MOTORESERRA STHIL FS 220	131,89	6.594,50
121	0	15	0	11	5	31	UN	VIRABREQUIM ORIGINAL MOTOSSERRA STHIL MS 651/661	772,19	23.937,89
122	0	10	0	15	5	30	UN	CILINDRO ORIGINAL COM PISTÃO MOTOSERRAS STHIL MS 170/180 651/661	576,22	17.286,60
123	0	10	0	10	5	25	UN	BOMBA DE OLEO ORIGINAL PARA MOTOSERRA STHIL MS 651/661	258,88	6.472,00
124	0	10	0	10	5	25	UN	PISTÃO 56MM ORIGINAL PARA MOTOSERRA STHIL MS 170/180/651/661	299,18	7.479,50
125	0	25	0	25	10	60	UN	CARCAÇA DE TANQUE ORIGINAL PARA MOTOSERRAS STHIL MS170/180/651/661	289,84	17.390,40

126	0	15	0	20	10	45	UN	CARCAÇA DE VENTILADOR ORIGINAL PARA MOTOSERRAS STHIL MS 170/180/651/661	307,64	13.843,80
127	0	20	0	25	10	55	UN	CARBURADOR ORIGINAL PARA MOTOSERRA STHIL MS 170/180/651/661	221,6	12.188,00
128	50	25	5	50	15	145	UN	PONTEIRA DE TRANSMISSÀO ORIGINAL PARA ROÇADEIRA STHIL FS 120/220/290	222	32.190,00
129	30	20	10	50	10	120	UN	PRATO GIRATÓRIO ORIGINAL PARA ROÇADEIRA STHIL FS 120/220/290	14,45	1.734,00
130	150	100	50	200	25	525	UN	SERVIÇO DE MANUTENÇAO PREVENTIVA EM REDE AUTORIZADA PARA ROÇADEIRAS SHTIL DA LINHA FS 120/220/290	119,33	62.648,25
131	50	200	0	250	25	525	UN	SERVIÇO DE MANUTENÇAO PREVENTIVA E CORRETIVA EM REDE AUTORIZADA PARA MOTOSERRAS STHIL DA LINHA MS 170/180/210/250/260/361/382/462/651/661	124,33	65.273,25

132	0	20	10	50	20	100	UN	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MOTORBOMBAS DAS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: LINHA 4T B2T 701 2.0/4T B4T - 715/4T 703/ 4T 712/4T 713	131	13.100,00
133	110	50	20	90	20	290	UN	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVAS EM LAVADORAS COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÒES: LINHA RE 90/RE 95/RE 110/RE 143	121	35.090,00
									Valor total estimado	**4.656.929,87**

ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇO

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

Razão Social: CNPJ:

Inscrição Estadual: Endereço:

Telefone: Email:

Banco, Agência e nº. Conta Bancária para pagamento

Representante.....Endereço

Cargo:

Carteira de Identidade e CPF:

A Prefeitura Municipal URUARÁ-PA

PREGÃO ELETRÔNICO nº 9/2022-00040– REGISTRO DE PREÇOS

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos a apreciação de Vossas Senhorias nossa proposta de preços para Registro de preço para seleção de proposta mais vantajosa para futura e eventual aquisição de equipamentos e ferramentas a serem utilizados na manutenção de prédios e logradouros públicos e nos serviços de jardinagem e conservação de áreas verdes do município para atender a demanda do Fundo Municipal Educação de Fundo de Desenv. Educação Básica/FUNDB, Fundo Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Viação e Obras e Secretaria Municipal de Agricultura, conforme os itens a seguir.

ITEM	QUAN	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNITÁRIO	VALOR GERAL
1	34	UN	FURADEIRA BT 45			
2	24	UN	LAVADORA RE 110			
3	28	UN	LAVADORA RE 143			
4	12	UN	LAVADORA RE 90			
5	13	UN	LAVADORA RE 95			

6	23	UN	MOTOSSERRA MS 170 STHIL			
7	15	UN	MOTOSSERRA MS 180 STHIL			
8	18	UN	MOTOSSERRA MS 210 STHIL			
9	22	UN	MOTOSSERRA MS 250 STHIL			
10	9	UN	MOTOSSERRA MS 260 STHIL			
11	12	UN	MOTOSSERRA MS 361 STHIL			
12	15	UN	MOTOSSERRA MS 382 STHIL			
13	18	UN	MOTOSSERRA MS 462 STHIL			
14	19	UN	MOTOSSERRA MS 651 STHIL			
15	19	UN	MOTOSSERRA MS 661 STHIL			
16	22	UN	PERFURADOR DE SOLO BT 131 COM BROCA 200 MM			
17	27	UN	PODADOR HT 131			
18	25	UN	PODADOR HT 75			
19	27	UN	PULVERIZADOR SG 20 MANUAL			
20	25	UN	PULVERIZADOR SR 420			
21	25	UN	PULVERIZADOR SR 450			
22	35	UN	ROÇADEIRA FS 120 STHIL			
23	40	UN	ROÇADEIRA FS 160 STHIL			
24	40	UN	ROÇADEIRA FS 220 STHIL			
25	31	UN	ROÇADEIRA FSE 41 STHIL			
26	29	UN	SOPRADOR BG 50 STHIL			
27	28	UN	SOPRADOR BG 56 STHIL			
28	29	UN	SOPRADOR BG 86 STHIL			
29	22	UN	PODADOR HSA 25 STHIL			
30	44	UN	CORTADOR GTA			
31	55	UN	SABRE 50 CM 33 DENTES			

32	60	UN	SABRE 63 CM 42 DENTES			
33	52	UN	SABRE 75 CM 48 DENTES			
34	1115	UN	OLEO 2T 500ML			
35	915	UN	OLEO 2T MAGNUM			
36	85	UN	LAMINA 2 PONTAS ORIGINAL PARA ROÇADEIRA STHIL			
37	105	UN	FACA 3 PONTAS ORIGINALPARA ROÇADEIRA STHIL			
38	86	UN	ALAVANCA RETA 1.5 MT			
39	86	UN	ALAVANCA RETA 1.8 MT			
40	86	UN	LAVANCA RETA 2.0 MT			
41	77	UN	MARRETA 2 KG C/CABO			
42	77	UN	MARRETA 5 KG C/CABO			
43	80	UN	MARRETA 8 KG C/CABO			
44	71	UN	MARRETA 10 KG C/CABO			
45	71	UN	BOIA DE NIVEL			
46	73	UN	MARTELO 18 MM			
47	79	UN	MARTELO 25MM			
48	83	UN	MARTELO 27 MM			
49	83	UN	MARTELO 29 MM			
50	105	UN	FACÃO 18			
51	105	UN	FACÃO 20			
52	105	UN	FACÃO 22			
53	105	UN	BAINHA 18			
54	105	UN	BAINHA 20			
55	116	UN	BAINHA 22			
56	55	UN	PE DE CABRA 50 CM			
57	55	UN	PE DE CABRA 60 CM			
58	60	UN	SERROTE 16			
59	60	UN	SERROTE 18			
60	60	UN	SERROTE 20			
61	25	UN	MACHADO C/ CABO			
62	25	UN	MACHADO S/ CABO			

63	75	UN	ENXADA 1.5 S/ CABO			
64	105	UN	ENXADA 2.0 S/ CABO			
65	105	UN	ENXADA 2.5 S/ CABO			
66	47	UN	FURADEIRA GSB 13 RE			
67	47	UN	FURADEIRA GSB 16 RE			
68	27	UN	FURADEIRA GBH 2-24			
69	20	UN	SERRA MARMORE 4"GDC 14-40			
70	18	UN	SERRA CIRCULAR 7"5300			
71	20	UN	ESMERILHADEIRA 4 1/2 6WS 7-115			
72	20	UN	ESMERILHADEIRA 7 GWS20-180			
73	20	UN	MOTOR ESMERIL 1/2 HP			
74	20	UN	PARAFUSADEIRA A BATERIA GSR 10,8 DE LÍTIO			
75	30000	UN	REGISTRO PARA IRRIGAÇÀO INICIAL			
76	25000	UN	CHULLA PARA IRRIGAÇÃO 16 MM			
77	50000	UN	BICO MICRO SPREY PARA IRRIGAÇÀO			
78	2100	UN	TUBO AZUL PARA IRRIGAÇÃO 6 MTS PN40 50 MM			
79	1105	UN	TUBO AZUL PARA IRRIGAÇÃO 6 MTS PN40 75 MM			
80	16	UN	MOTOR ACOPLADO 4T 5.5 HP			
81	16	UN	MOTOR ACOPLADO 4T 6.5 HP			
82	16	UN	MOTOR ACOPLADO 4T 7.0 HP			
83	16	UN	MOTOR ACOPLADO 4T 10.0 HP			
84	15	UN	MOTOR ACOPLADO 4T 13.0 HO			
85	15	UN	MOTOR BOMBA 4T B2T 701 2.0			
86	15	UN	MOTOR BOMBA 4T B4T-715			
87	12	UN	MOTOR BOMBA 4T - 703			

88	12	UN	MOTOR BOMBA 4T 712			
89	12	UN	MOTOR BOMBA 4T 715			
90	17	UN	GRUPO GERADOR BD-A DIESEL BD 2500			
91	300	PCT 1000 UND	SACO PARA MUDAS 18 CM DE LARGURA X 22 OU 24 CM DE ALTURA, ESPESSURA DE 0,5 MM CONFECCIONADOS EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE COM FUROS PARA DRENAGEM DE ÁGUA, PLÁSTICO PRETO.			
92	3000	MTS	TELA DE NYLON VERDE PARA PROTEÇÃO EM ROÇAGEM.			
93	300	MTS	TELA PARA HORTA SOMBRITE ESTUFA HORTALIÇAS 50% 4 X 50 M			
94	110	UN	TESOURA DE PODA COM LÂMINA METÁLICA; DIMENSÕES 25.5 X 9 X 2 CM, CABO PLÁSTICO, PEQUENA.			
95	20	UN	CANIVETE DE ENXERTIA COM ESPÁTULA, TIPO COPULAÇÃO E OCULAÇÃO, COMPRIMENTO TOTAL 16,5 CM, COMPRIMENTO DA LÂMINA:5CM,PESO:60G			
96	35	UN	FILME PARA ESTUFA 8X20, 15 KG COM ANTI UV; FILME FEITO COM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE (LONA)			
97	30	UN	FIO DE NYLON QUADRADO 3,0MM, ROLO COM 312 METROS.			
98	230	UN	CABEÇOTE DE CORTE TRIMCUT ORIGINAL PARA ROÇADEIRAS			

			STHIL31-2. ROÇADEIRAS COMPATÍVEIS: FS 55, 80, 85, 120, 180; KM 55; FR 85, 220; KA 85. CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM DE FIO NO CABEÇOTE: FIO ESPESSURA 2,5MM - 8 METROS. FIO ESPESSURA 3,0MM - 6 METROS.			
99	310	UN	CABO DO ACELERADOR ORIGINALPARA ROÇADEIRA STIHL FS 160/220/280. CABO 111CM, CAPA 90CM.			
100	75	UN	CARBURADOR ORIGINALPARA MOTOPODA HT-75 STIHL.			
101	200	UN	CARBURADOR ORIGINALPARA ROÇADEIRA STIHL FS 160/ FS 220 / FS 280.			
102	195	UN	CARBURADOR ORIGINAL PARA ROÇADEIRA STIHL. MODELOS COMPATÍVEIS: FS 85/ FR 85 / HT 75			
103	215	UN	FILTRO DE AR ORIGINAL PARA MOTOSSERRA STIHL.			
104	340	UN	FILTRO DE AR ORIGINALPARA ROÇADEIRA FS 220.			
105	300	UN	FILTRO DE GASOLINA ORIGUINAL PARA MOTOSSERRA STIHL.			
106	600	UN	FILTRO DE GASOLINA ORIGINALPARA ROÇADEIRA FS 220.			
107	160	UN	FIO DE CORTE 3MM ORIGINAL PARA ROÇADEIRA STIHL, ROLO COM 300 METROS			

108	350	UN	JOGO DE ANÉIS PISTÃO ORIRGINAL PARA ROÇADEIRA STIHL FS 220			
109	575	UN	JOGO DE JUNTA PARA ROÇADEIRA STIHL FS 160, 220 E 280.			
110	570	UN	KIT LÂMINA PORCA, LIMITADOR METAL ORIGINALPARA ROÇADEIRA STIHL FS 160.			
111	85	UN	JOGO DE CHAVE COMBINADA COM CATRACA CONTENDO 16 PEÇAS, SENDO: 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22 E 24.			
112	140	UN	JOGO DE CHAVE DE FENDA/PHILIPS MAGNETIZADA CRV COM 6 PEÇAS, CABO ANTI-DESLIZANTE PARA MAIOR CONFORTO, FABRICADO COM AÇO CROMO VANÁDIO, JOGO DE CHAVE 6 PEÇAS SENDO: 1 FENDA 5X75MM, 1 FENDA 5X100MM, 1 FENDA 6X125MM, 1 PHILIPS 1X75MM, 1 PHILIPS 1X100MM, 1 PHILIPS 2X125MM.			
113	135	UN	JOGO DE CHAVES FIXA EM MILÍMETROS, AMBOS OS LADOS COM MEDIDAS DIFERENTES, COMPOSTO POR 8 PEÇAS, SENDO: 6X7, 8X9, 10X11, 12X13, 14X15, 16X17, 18X19, 20X22.			
114	53	UN	JOGO DE FERRAMENTAS PROFISSIONAIS 110 PEÇAS CONTENDO: 1			

			EXTENSÃO DE 5", COM ENCAIXE DE ½", 1 EXTENSÃO DE 2" COM ENCAIXE DE ¼", 1 EXTENSÃO DE 4" COM ENCAIXE DE ¼", 1 EXTENSÃO FLEXÍVEL 6" COM¼" (M) X ¼" (F), 1 CABO T DE 10", 1 JUNTA UNIVERSAL COM ENCAIXE DE ½", 1 JUNTA UNIVERSAL COM ENCAIXE DE ¼", 11 CHAVES COMBINADAS EM CR-V NOS TAMANHOS: 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19MM, 4 SUPORTES PARA BITS, 1 ADAPTADOR PARA BITS COM CABO E CATRACA ENCAIXE DE ¼", 40 BITS COM ENCAIXE DE ¼" (7 BITS FENDA: 2PC 3.5, 2PC 4.0, 5.5, 6.5, 8MM,3 BITS QUADRADAS: S1, S2, S3, 8 BITS FENDA CRUZADA: 2X PH0 / 2X PH1 / 2X PH2 / 2X PH3MM / 2 ADAPTADORES / 7 BITS TORX: T10, T15, T20, T25, T27, T30, T40 / 3 BITS POZIDRIV: PZ1, PZ2, PZ3 / 4 BITS TRI-WING: 1, 2, 3, 4 / 6 BITS HEXAGONAIS: 2, 3, 4, 5, 6, 7MM) / 2 CHAVES DE FENDA: 5 X 75MM / 6 X 100MM, 2 CHAVES DE FENDA HEXAGONAIS: PH1 75MM / PH2 100MM, 1 SUPORTE MANOPLA PARA BITS, 1 ALICATE DE CORTE DIAGONAL 6", 1 ALICATE DE BICO MEIA-CANA 8", 1 ALICATE BOMBA			

			D'ÁGUA 10", 1 CATRACA REVERSÍVEL DE 10" COM ENCAIXE DE ½", 1 CATRACA REVERSÍVEL DE 6" COM ENCAIXE DE ¼", 2 SOQUETES DE VELA COM ENCAIXE DE ½": 16 E 21MM, 15 SOQUETES COM ENCAIXE DE ½": 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27MM, 11 SOQUETES COM ENCAIXE DE ¼": 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14MM), 8 CHAVES HEXAGONAIS: 1.5, 2, 2.5, 3, 4, 5, 5.5, 6MM , 1 SUPORTE PARA CHAVES HEXAGONAIS, 1 MALETA COM BERÇOS E IDENTIFICAÇÃO DE MEDIDAS.			
115	65	UN	JOGO DE FORMÃO CONTENDO 4 FORMÕES NOS TAMANHOS: 3/8 (18MM), 1/2 (6MM), 3/4 (12MM) E 1 (24MM), EM AÇO COM CABO DE MADEIRA.			
116	75	UN	JOGO DE GRAMPO TIPO C, COM CORPO EM FERRO FUNDIDO E EIXO PRINCIPAL CROMADO. 2 PEÇAS DE 6" E 8".			
117	50	UN	TAMPA DE TANQUE ORIGINAL DO MOTOR STHIL 170/180/210/250/361/382 /462/651/661			
118	65	UN	MÓDULO DE INGNIÇÃO ORIGINAL MOTOSERRAS STHIL (MS 170, MS 180, MS210, MS250, MS 260, MS 361, MS 382,, MS			

			462, MS 651, MS 661)			
119	70	UN	TAMPA DE PINHÃO ORIGUNAL DA CORRENTE MOTOSERRA STHIL MS 661			
120	50	UN	TAMPA DE PINHÃO DA CORRENTE MOTORESERRA STHIL FS 220			
121	31	UN	VIRABREQUIM ORIGINAL MOTOSSERRA STHIL MS 651/661			
122	30	UN	CILINDRO ORIGINAL COM PISTÃO MOTOSERRAS STHIL MS 170/180 651/661			
123	25	UN	BOMBA DE OLEO ORIGINAL PARA MOTOSERRA STHIL MS 651/661			
124	25	UN	PISTÃO 56MM ORIGINAL PARA MOTOSERRA STHIL MS 170/180/651/661			
125	60	UN	CARCAÇA DE TANQUE ORIGINAL PARA MOTOSERRAS STHIL MS170/180/651/661			
126	45	UN	CARCAÇA DE VENTILADOR ORIGINAL PARA MOTOSERRAS STHIL MS 170/180/651/661			
127	55	UN	CARBURADOR ORIGINAL PARA MOTOSERRA STHIL MS 170/180/651/661			
128	145	UN	PONTEIRA DE TRANSMISSÀO ORIGINAL PARA ROÇADEIRA STHIL FS 120/220/290			
129	120	UN	PRATO GIRATÓRIO ORIGINAL PARA ROÇADEIRA STHIL FS 120/220/290			
130	525	UN	SERVIÇO DE			

			MANUTENÇAO PREVENTIVA EM REDE AUTORIZADA PARA ROÇADEIRAS SHTIL DA LINHA FS 120/220/290			
131	525	UN	SERVIÇO DE MANUTENÇAO PREVENTIVA E CORRETIVA EM REDE AUTORIZADA PARA MOTOSERRAS STHIL DA LINHA MS 170/180/210/250/260/361 /382/462/651/661			
132	100	UN	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MOTORBOMBAS DAS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: LINHA 4T B2T 701 2.0/4T B4T - 715/4T 703/ 4T 712/4T 713			
133	290	UN	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVAS EM LAVADORAS COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÒES: LINHA RE 90/RE 95/RE 110/RE 143			

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R$ ..... (.....).

1. CONDIÇÕES GERAIS

1.1 - A presente proposta terá validade de ..... (.....) dias, a partir da data de abertura do pregão.

1.2 - Prazo de Entrega: .....

1.2 - Declara que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, frete, tributos, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, transporte e seguro até o destino, lucro e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, nada mais sendo válido pleitear a esse título;

1.3 Declara que desde já se compromete a cumprir o prazo de entrega rigorosamente em dia, sob pena de sofrer penalização desta Administração;;

1.4 Declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

(Local)....., ... 2022

_____

Assinatura e Identificação do Representante Legal

ANEXO III (MODELO)

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

À *PREFEITURA DE URUARÁ*

REF. *PREGÃO ELETRÔNICO* ***N.º 9/2022-00040****- REGISTRO DE PREÇOS*

Sr. Pregoeiro(a):

Declaramos sob as penas da Lei, conhecer e aceitar as condições constantes deste Pregão e seus anexos, e que **atendemos plenamente aos requisitos necessários par habilitação e proposta** e declaramos que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4º, inciso VII, d a Lei n.º 10.520, de 17/07/2002.

(Local)....., ... 2022

_____

Assinatura e Identificação do Representante Legal

ANEXO IV

(MODELO)

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

À *PREFEITURA DE URUARÁ*

REF. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 9/2022-00040 *– REGISTRO DE PREÇOS*

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade Pregão ELETRÔNICO nº. 9/2022-00040– SRP, em cumprimento ao inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

(Local)....., ... 2022

_____

Assinatura e Identificação do Representante Legal

ANEXO V

(MODELO)

DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATO IMPEDITIVO E DE IDONEIDADE

À *PREFEITURA DE URUARÁ*

REF. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 9/2022-00040-– *REGISTRO DE PREÇOS*

Declaramos sob as penas da Lei que até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação e participação no presente processo licitatório e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, DECLARAMOS ainda que não fomos declarados inidôneos por nenhum órgão do poder público em qualquer de suas esferas.

Por ser a expressão da verdade firmamos a presente.

(Local)....., ... 2022

_____

Assinatura e Identificação do Representante Legal

ANEXO VI

(MODELO)
DECLARAÇÃO DE MICRO OU PEQUENA EMPRESA

(conforme o caso)

EDITAL DE Pregão ELETRÔNICO nº 9/2022-00040

Pela presente, a proponente _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº_____ estabelecida em _____, Estado do _____, na Rua _____, nº ____, **DECLARA** que, nos termos da Lei nº 9.317, de 05/12/1996, e da Lei nº 9.841, de 05/10/1999, se constitui microempresa (ou pequena empresa) e que é nesta condição que concorre na presente licitação, devendo, portanto, ser nela assim considerada para todos os efeitos legais, com a ressalva expressa no art. 88 da Lei Complementar nº 123/2006.

ATENÇÃO: Escolher uma opção, ou é micro, ou é peque na empresa.

(Local)....., ... 2022

_____

Assinatura e Identificação do Representante Legal

ANEXO VII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS **Nº**

PREGÃO ELETRONICO Nº 9/2022-00040

PROCESSO ADM Nº 92022040

Aos **xxxxxxx** dias do mês de **xxxxxxx** do ano de **xxxxxx**, **o FUNDO MUNICIPAL EDUCAÇÃO**, **ÓRGÃO GERENCIADOR,** pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 29.602.538/0001-58, com sede do Executivo Municipal localizado na Rua 15 de Novembro nº 520, nesta Cidade, representada neste ato por sua Ordenadora de Despesas Sra. Silvana Batista Vieira, brasileira, solteira, Portador da Carteira de Identidade nº 2021196 PC/PA e CPF nº 366.909.882-87 residente e domiciliado na TV IV, Bairro Novo Progresso, no município de Uruará/PA, resolve Registrar Preços seleção de proposta mais vantajosa para futura e eventual aquisição de equipamentos e ferramentas a serem utilizados na manutenção de prédios e logradouros públicos e nos serviços de jardinagem e conservação de áreas verdes do município para atender a demanda do Fundo Municipal Educação de Fundo de Desenv. Educação Básica/FUNDB, Fundo Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Viação e Obras e Secretaria Municipal de Agricultura, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, em face da classificação das propostas apresentada pelas empresas, abaixo qualificadas, no **PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 9/2022-00040,** conforme consta dos autos do Processo nº **92022040,** regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005, Decreto n° 3.931, de 19 dezembro de 2001, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei nº 8.078, de 11 de mbro de 1990, Decreto nº 10.024/2019 e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Municipal nº 439/2011 e demais legislação correlata.

1 – DO OBJETO: Registro de preço para seleção de proposta mais vantajosa para futura e eventual aquisição de equipamentos e ferramentas a serem utilizados na manutenção de prédios e logradouros públicos e nos serviços de jardinagem e conservação de áreas verdes do município para atender a demanda do Fundo Municipal

Educação de Fundo de Desenv. Educação Básica/FUNDB, Fundo Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Viação e Obras e Secretaria Municipal de Agricultura, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos do Pregão ELETRÔNICO nº **9/2022-00040**, e proposta da licitante vencedora**,** todos partes integrantes deste instrumento, como se nele transcritos estivessem, conforme constam no Encarte, onde discrimina as empresas e os itens com as preços registrados, anexo a presente Ata de Registro de Preços.

2 – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o MUNICÍPIO DE URUARÁ-PA não será obrigado a firmar as aquisições que dele poderão advir, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência da prestação dos serviços em igualdade de condições.

3 – DO PRAZO DE ENTREGA/FORNECIMENTO

3.1 A entrega será de forma fracionada na sede da contratante no máximo 03 (três) dias, mediante documento denominado “requisição de compras” expedida pelo Departamento de Compras e orientações de entrega feita pelo mesmo.

3.2 A CONTRATADA no caso de faltar os materiais/produtos em seu estabelecimento obriga se providenciar em outros estabelecimentos para manter o fornecimento;

3.3 Somente serão aceitos equipamentos genuínos, de boa qualidade, sendo que os mesmos serão inspecionados na hora da entrega, a não aprovação do mesmo, levará a devolução do produto;

3.4 Os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia de validade, referente a defeitos de fabricação, especificações ou outros de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

3.5 Para efeito de verificação da conformidade ou não dos materiais/produtos fornecido com as especificações constantes do presente Termo de Referência, o chefe do Departamento de Compra terá o prazo de até 24 horas, contados da data da entrega, oportunidade em que o aceitará, atestando a respectiva Nota Fiscal, ou o rejeitará, na hipótese de desconformidade que não atenda às necessidades desta Municipalidade;

3.6 Os materiais/produtos especificados neste Termo de Referência deverão ser considerados como referência, jamais com caráter impositivo para o fornecimento. Porém, os materiais/produtos fornecidos que apresentarem qualidade, desempenho, rendimento, eficiência, estrutura, funcionamento, acabamento semelhantes às especificações dos materiais/produtos de referência indicados neste Termo de Referência, as quais foram utilizadas como parâmetros para coleta de preços, serão testados, no prazo citado no sub item 5.6 e caso não apresentem as referidas características, deverão ser substituídos pelos materiais/produtos especificados neste Termo de Referência, sem ônus para a Municipalidade

4 – DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

4.1 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do a rt. 65 da Lei n. º 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

4.2 - Mesmo comprovada à ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n. º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

4.3 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado, nas mesmas condições do registro, e, definidos o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Proponente registrado será convocado pela Secretaria de Finanças para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

5 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - A autorização de adesão de outros órgãos e entidades a presente Ata de Registro de Preços, ocorrerá mediante as seguintes condições:

a) anuência formal do Órgão Gerenciador;

b) autorização de adesão somente ocorrerá até 100% dos itens registrados em Ata (§ 5º do art. 23º, do Decreto 011/2018);

c) os órgãos autorizados ("carona") não poderão adequar o objeto pretendido à Ata, alterando especificações, características, periodicidade, frequência na execução, prazos de recebimento, quantitativos, métodos, etc., por mínimas que possam parecer, para sanear suas necessidades; e

d) em caso de autorização de "Adesão" o Órgão Gerenciador disponibilizará cópia do Edital, da Ata, e da proposta do licitante.

6 – DAS ATRIBUIÇÕES/ OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 - Caberá ao MUNICÍPIO, por intermédio da Secretaria Municipal de Viação e Obrasa prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda:

a) Realizar os procedimentos de assinatura da Ata e o encaminhamento de sua cópia aos demais órgãos participantes

b) Providenciar a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes do Processo;

c) Conduzir os procedimentos relativos a eventuais atualizações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

d) Recusar qualquer item fora das especificações estabelecidas no Projeto Básico;

e) Verificar a regularidade dos recolhimentos dos encargos sociais e trabalhistas antes de cada pagamento;

f) Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues, pela licitante vencedora, fora das especificações do Projeto Básico;

g) Efetuar o pagamento na forma e no prazo convencionados nesta Ata;

h) Aplicar as sanções regulamentares e contratuais, se necessário;

i) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora;

j) Comunicar à licitante vencedora as eventuais irregularidades observadas na execução dos itens para adoção das providências saneadoras;

k) Fiscalizar a execução dos itens, podendo sustar, recusar, solicitar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas no Projeto Básico.

7 – ATRIBUIÇÕES/ OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA/ORGÃOS PARTICIPANTES

7.1 - Caberá aos órgãos participantes indicar o gestor da ata, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, compete:

a) Promover consulta prévia junto a Secretaria da Administração (Dpto de Licitações), quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

b) Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando a Secretaria da Administração eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c) Zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas;

d) Informar a Secretaria da Administração, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas no edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega dos produtos e a recusa do mesmo, se for o caso, em receber a Nota de Empenho;

e) O Órgão participante do registro de preços deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

f) Proceder ao ato de recebimento dos serviços, podendo sustar, recusar, solicitar fazer ou desfazer qualquer execução que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas no Projeto Básico, bem como efetuar os pagamento na forma e nos prazos estabelecidos.

8 – DAS OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS

8.1 - Constituem obrigações das empresas:

a) Dar cumprimento integral ao estabelecido no Projeto Básico, Edital do Pregão eletrônico nº **9/2022-00040** e à sua proposta e nesta Ata;

b) Cumprir as disposições constantes do Projeto Básico, bem como os prazos e as condições da aquisição;

c) Dar garantia para o item, conforme estabelecido no Projeto Básico;

d) Substituir o item que se encontra com vício, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da notificação, em perfeitas condições de funcionamento, observando, fielmente, a conformidade de suas características com as previstas no Projeto Básico;

e) Responder por todos os ônus referentes ao item, desde o transporte, como também os encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais e salários dos seus empregados;

f) Responder pelos danos de qualquer natureza que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou servidores municipais, em razão de acidentes, ou de ação, ou de omissão dolosa ou culposa de seus empregados;

g) Obter todo e qualquer tipo de licença junto aos Órgãos Fiscalizadores para o perfeito fornecimento dos itens, sem ônus adicionais para o Município.

h) Indicar um preposto a quem a fiscalização se reportará de forma ágil, bem como organizar e coordenar os fornecimentos sob sua responsabilidade.

i) Prestar os esclarecimentos solicitados, bem como comunicar toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada na aquisição do objeto;

j) Observar o cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7° da Constituição Federal;

9 - DO PAGAMENTO

9.1 - O pagamento será efetuado, por meio de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da licitante vencedora, até o 30 (trinta) dias, após a entrega do objeto, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura discriminativa, devidamente atestada, acompanhada dos comprovantes impressos de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **(FGTS)** e Prova de Regularidade com a Fazenda Federal deverá ser feita através de Certidão conjunta de dívida relativo a tributos Federais e Dívida Ativa da União.

9.2 - Qualquer erro ou omissão havido na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pelo Fornecedor e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - O Proponente terá o seu registro de preço cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

10.1.1- A pedido, quando:

a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material.

10.1.2- Por iniciativa do MUNICÍPIO, quando:

a)Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

b) Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;

c) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;

d) Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço;

e) Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preço, sem justificativa aceitável;

f) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes.

10.2 - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o MUNICÍPIO fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preço e informará aos Proponentes a nova ordem de registro.

11 – DA GARANTIA

11.1-A garantia do objeto consiste na prestação, pela empresa contratada, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

12 – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1 - A conformidade do objeto, a ser prestado deverá ser verificada conjuntamente com o documento da proponente que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no processo, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.

12.2 - A presença da Fiscalização não elide nem diminui a responsabilidade da contratada.

12.3 - Será impugnado pela Fiscalização os serviços que não satisfaçam às condições do presente Projeto Básico.

12.4 - Ficará a proponente obrigada a restituir o item impugnado até 02 (dois) dias após o recebimento de documento de advertência, correndo, por sua conta exclusiva, a despesa decorrente dessa providência.

13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Recusando-se o adjudicatário a assinar a ata de registro de preços no prazo estabelecido em edital ou não comprovando as condições de habilitação, estará sujeito às seguintes sanções, assegurado o direito de ampla defesa:

a) multa de 20 % (vinte por cento) do valor de sua proposição de preços; e

b) impedimento em licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE URUARÁ - PA e o descredenciamento do seu Cadastro de Fornecedores pelo prazo de 02 (dois) anos.

13.2 - Pelo inadimplemento total ou parcial da Ata, independentemente de rescisão, a CONTRATADA ficará sujeita, a critério do MUNICÍPIO, às seguintes penalidades:

a) Multa de 10% (dez por cento) pela inexecução parcial da ata, incidindo sobre o valor do saldo do mesmo, na ocasião.

b) Multa de 20% (vinte por cento) pela inexecução total da ata, incidindo sobre o valor total do mesmo.

c) Pelo não atendimento de qualquer ordem, dentro d o prazo estabelecido, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor total da fatura do mês de origem da irregularidade, a ser descontada no primeiro pagamento subsequente à infração.

d) Pela inexecução total ou parcial do disposto nesta Ata e/ou seus anexos, ou por imperícia, poderá ser rescindida a contratação, ficando a CONTRATADA impedida de participar de licitações realizadas pelo MUNICÍPIO, pelo período de 02 (dois) anos, sem prejuízo do disposto nos demais subitens deste item.

e) As sanções previstas nos subitens anteriores poderão ser aplicadas em conjunto com o disposto na Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

f) As multas previstas neste item, não terão caráter compensatório, mas meramente moratório e o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato vier a acarretar.

13.3 - A aplicação das sanções previstas neste item não exclui a possibilidade de aplicação das outras sanções previstas em edital, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

14 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - As despesas decorrentes da aquisição, objeto desta Ata, correrão a conta dos recursos consignados no Orçamento do Município, para o exercício de 2022/2023 cujo programa de trabalho e elemento de Despesa específico constará da respectiva Nota de Empenho**.**

15– DO FORO

15.1 - É competente o Foro da Comarca de URUARÁ-PA, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preços.

15.2 - E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo.

ORGÃO GERENCIADOR

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Empresa

ANEXO VIII – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E A EMPRESA.....

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado **O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 29.602.538/0001-58, com sede do Executivo Municipal localizado na Rua 15 de Novembro nº 520, nesta Cidade, representada neste por sua Ordenadora de Despesas Sra. Silvana Batista Vieira, brasileira, solteira, Portador da Carteira de Identidade nº 2021196 PC/PA e CPF nº 366.909.882-87 residente e domiciliado na TV IV, Bairro Novo Progresso, no município de Uruará/PA, doravante denominada CONTRATANTE e de outro lado a empresa ..... CNPJ nº ....., neste ato representada pelo seu procurador Sr. ....., ..., ..., portador da Carteira de identidade nº ....., residente e domiciliado ....., doravante denominado CONTRATADA, tem entre si justo e acordado o presente contrato, observadas as cláusulas e condições a seguir:.

CLAÚSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1- O presente instrumento tem por objeto é a aquisição de equipamentos e ferramentas a serem utilizados na manutenção de prédios e logradouros públicos e nos serviços de jardinagem e conservação de áreas verdes do município para atender a demanda..... conforme especificações e condições constantes abaixo e de acordo Pregão Eletronico nº 9/2022-00040-SRP e seus Anexos.

Item	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Quant.	Classificação por Empresa	Valor Unitário	Valor Total
1						

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR:

2.1 - O valor global do presente contrato é de R$ ..... (...).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

3.1 - Efetuar o pagamento nas condições e preços ajustados;
3.2 - Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos produtos
3.3 - Verificar se os materiais/produtos/serviços entregues correspondem aos apresentados na proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA:

4.1 - Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas a fim de que os materiais sejam entregues conforme designado pela Municipalidade, e ainda impostos, tarifas, taxas, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, seguros, fretes de entrega, etc;
4.2 - Entregar os materiais/produtos solicitados nos prazos máximos, conforme estabelecido no Projeto Básico.
4..3 - Reparar, corrigir, remover ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
4.4 - Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 10 (Dez) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem se vencidas;
4.5 - Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura do contrato;
4.6 - Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas no presente Projeto Básico;
4.7 - Pagar, pontualmente, aos fornecedores e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base no Projeto Básico, exonerando a

Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO/ENTREGA:

5.1 – A entrega será de forma fracionada na sede da contratante no máximo 03 (três) dias, mediante documento denominado “requisição de compras” expedida pelo Departamento de Compras e orientações de entrega feita pelo mesmo.

5.2 - Os materiais deverão ser entregues livre de frete e descarga

5.3 - A CONTRATADA no caso de faltar os materiais/produtos em seu estabelecimento obriga se providenciar em outros estabelecimentos para manter o fornecimento.

5.4 - Somente serão aceitos equipamentos genuínos, de boa qualidade, sendo que os mesmos serão inspecionados na hora da entrega, a não aprovação do mesmo, levará a devolução do produto;

5.5 - Os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia de validade, referente a defeitos de fabricação, especificações ou outros de acordo com o Código de Defesa do Consumidor

5.6 – Para efeito de verificação da conformidade ou não dos materiais/produtos fornecido com as especificações constantes do presente Termo de Referência, o chefe do Departamento de Compra terá o prazo de até 24 horas, contados da data da entrega, oportunidade em que o aceitará, atestando a respectiva Nota Fiscal, ou o rejeitará, na hipótese de desconformidade que não atenda às necessidades desta Municipalidade.

5.7 – Os materiais/produtos especificados neste Termo de Referência deverão ser considerados como referência, jamais com caráter impositivo para o fornecimento. Porém, os materiais/produtos fornecidos que apresentarem qualidade, desempenho, rendimento, eficiência, estrutura, funcionamento, acabamento semelhantes às especificações dos materiais/produtos de referência indicados neste Termo de Referência, as quais foram utilizadas como parâmetros para coleta de preços, serão testados, no prazo citado no sub item 5.6 e caso não apresentem as referidas características, deverão ser substituídos pelos materiais/produtos especificados neste Termo de Referência, sem ônus para a Municipalidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

Fica expressamente estabelecido que os preços propostos pela CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto, previsto na Cláusula Primeira deste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

No caso da CONTRATADA deixar de cumprir qualquer disposição contratual e se o fato for devidamente comprovado, os pagamentos devidos ficarão retidos até que a pendência seja resolvida definitiva e integralmente, sem prejuízo de quaisquer medidas punitivas, em consonância com a Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA - DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA:

6.1-As despesas deste Contrato serão pagas com recursos consignados no orçamento do Município de Uruará, por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA:

7.1-O presente contrato vigorará até ..... de ..... de ....., podendo ser renovado de acordo com que estabelece o Decreto Federal nº 7.892/2013 e Lei nº 8.6666/93 e alterações.

CLÁUSULA OITAVA - DO ADITAMENTO:

8.1-As partes poderão aditar ou suprimir durante a vigência os termos e condições do presente contrato, objetivando o seu aperfeiçoamento, e/ou acréscimo nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013 e Lei Federal nº 8.666/93 e alterações .

CLÁUSULA NONA - DA FORMA DE REAJUSTE:

9.1 – O valor registrado não sofrerá qualquer tipo de reajuste durante a vigência do presente termo.

9.2 – O beneficiário do registro de preços, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar o EQUILIBRIO ECONÔMICO dos preços vigentes através de solicitação formal, desde que acompanhado de documentos que comprovem a procedência do pedido. Até a decisão final da Administração Municipal, a qual deverá ser protocolada em até 30 (trinta) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do objeto solicitado pela Administração ao Contratado, deverá ocorrer normalmente, pelo preço registrado em vigor.

9.3 – A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

9.4 – A contratante poderá, na vigência do Registro de Preços, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do Registro - Fornecedor, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço será válido a partir da formalização/atualização da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FUNDAMENTAÇÃO:

10.1- O presente instrumento decorre do procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO ELETRONICO, tipo *MENOR PREÇO POR ITEM* tudo em conformidade com o Decreto Federal nº 7.892/2013 a Lei nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações e demais disposições contidas no Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES:

11.1 – O adjudicatário que não assinar o termo contrato no prazo de 05 (cinco) úteis ou a não comprovando as condições de habilitação, decairá o direito de contratar, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida.

11.2 – O adjudicatário que não assinar o termo contrato ou a não comprovando as condições de habilitação ficará sujeito as penalidades legais estabelecidas, assegurado o direito de ampla defesa:

a)multa de 20 % (vinte por cento) do valor de sua proposição de preços; e

b)impedimento em licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE URUARÁ - PA e o descredenciamento do seu Cadastro de Fornecedores pelo prazo de 02 (dois) anos.

11.3 - Pelo inadimplemento total ou parcial do contrato, independentemente de rescisão, a CONTRATADA ficará sujeita, a critério do MUNICÍPIO, às seguintes penalidades:

a) Multa de 10% (dez por cento) pela inexecução parcial do contrato, incidindo sobre o valor do saldo do mesmo, na ocasião.

b) Multa de 20% (vinte por cento) pela inexecução total do contrato, incidindo sobre o valor total do mesmo.

c) Pelo não atendimento de qualquer ordem, dentro do prazo estabelecido, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor total da fatura do mês de origem da irregularidade, a ser descontada no primeiro pagamento subsequente à infração.

d) Pela inexecução total ou parcial do disposto neste termo e/ou seus anexos, ou por imperícia, poderá ser rescindida a contratação, ficando a CONTRATADA impedida de participar de licitações realizadas pelo MUNICÍPIO, pelo período de 02 (dois) anos, sem prejuízo do disposto nos demais subitens deste item.

e) As multas previstas neste item, não terão caráter compensatório, mas meramente moratório e o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato vier a acarretar.

f) As sanções são independentes e a aplicação de um a não exclui a das outras, sendo descontadas do pagamento respectivo ou, se for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO:

12.1- Este contrato poderá ser rescindido dentro do que estabelece os artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, ou a critério da Administração Pública

Municipal, conforme determina o artigo 79 do diploma legal acima mencionado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES:

13.1- A CONTRATADA obriga se a manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas. Aceitar os acréscimos ou supressões
que se fizerem necessários até os limites estabelecidos na lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA (DA CESSÃO OU DA TRANSFERÊNCIA)

14.1- O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA (DAS RESPONSABILIDADES)

15.1- O Contratado assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas.

15.2- Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Contratante ou a terceiros na execução deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente ao Contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FICALIZAÇÃO

16.1 - A contratante designa o Servidor (a) Sr: .....Portaria de nomeação nº.....para fiscalizar integralmente a execuação do presente contrato, em observancia a regra plasmada no artigo 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1- A ....., a qualquer tempo, motivadamente, revogar no todo ou em parte o presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO:

18.1-Os contratantes elegem o foro da Cidade de Uruará, Estado do Pará, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato, que não possam ser resolvidas administrativamente, com exceção de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Uruará, ... de ..... de 2022.

_____

(nome do fundo)

Contratante

_____

(nome da empresa)

Contratada

Testemunhas:01:

01:_____ 2 - _____

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante – qualificação/documentos), como representante devidamente constituído de (identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante), para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM Nº 9/2022-00040, declara sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM Nº 9/2022-00040** foi elaborada de maneira independente (pelo licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM Nº 9/2022-00040**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM Nº 9/2022-00040** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM Nº 9/2022-00040**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM Nº 9/2022-00040** quanto a participar ou não da referida

licitação;

d) o conteúdo da proposta apresentada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM Nº 9/2022-00040** não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM Nº 9/2022-00040** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) o conteúdo da proposta apresentada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM Nº 9/2022-00040** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de URUARÁ antes da abertura oficial das propostas; e

f) não possui grau parentesco até terceiro grau com servidores públicos municipais que exercer cargo de direção, chefia, assessoramento e/ou agentes públicos municipais;

g) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

(Local)....., ... 2022

___*(assinatura e dados – representante da licitante)*___

ANEXO X

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2022-00040

DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI EM SEU QUADRO SOCIETÁRIO SERVIDOR PÚBLICO.

Declaro sob as penas da lei, que a empresa _____ não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, em atendimento à legislação pertinente. (Art. 20, XII, Lei 12.309/2010)

_____, ___/___/___

Local e data

_____

Razão Social

CNPJ nº .....

(carimbo e assinatura)